



**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 033/2024 – CPL/PMI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2024**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 033/2024**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO PIAUÍ/PI E A EMPRESA MARIA DA CONCEICAO ARAUJO MESQUITA ME (CNPJ: 02.344.723/0001-33, QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO PIAUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 06.553.747/0001-53, estabelecido na Praça Cortez s/n, Centro – CEP: 64.540-000 em Ipiranga do Piauí/PI, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Francisco Elvis Ramos Vieira, brasileiro, solteiro, professor, portador da Cédula de Identidade/RG n° 1.859.208 SSP PI e inscrito no CPF sob o n° 877.167.123-49, residente e domiciliado em Ipiranga do Piauí/PI .

**CONTRATADA: MARIA DA CONCEICAO ARAUJO MESQUITA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 02.344.723/0001-33, sediada na Rua Ana Maria Bezerra n° 167, Passagem das Pedras, Picos/PI, CEP 64.600-397, neste ato representada pelo(a) Sra. Maria da Conceição Araújo Mesquita, brasileira, portador(a) da Cédula de Registro Geral n° 19.617.773 SSP SP e CPF n° 297.799.363-00.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo do Pregão Eletrônico n° 009/2024 instruído através do Processo Administrativo n° 032/2024 – CPL/PMI, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de Camisetas e Fardamentos para suprir necessidades da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Piauí – PI e suas secretarias, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

1.2. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo o edital do Pregão Eletrônico n° 009/2024 e seus anexos, bem como seu respectivo Termo de Referência, Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados, instrumentos presentes no Processo Administrativo n° 033/2024 – CPL/PMI, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

1.3. Objeto da contratação:



## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), conforme planilha:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | UND | QTD | MARCA   | V.UNITÁRIO | EXTENSO  | TOTAL        | EXTENSO  |
|------|---|-----|-----|---------|------------|--|--------------|--|
| 1    | BOLSA   | UND | 100 | PRÓPRIA | R\$ 22,47  | vinte e dois reais e quarenta e sete centavos      | R\$ 2.247,00 | dois mil, duzentos e quarenta e sete reais             |
| 2    | BOLSA EM LONA ENCERADA MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,43M X 0,28 M COM ALÇA LATERAL COM 3 COMPARTIMENTOS, COM IMPRESSÃO. | UND | 100 | PRÓPRIA | R\$ 61,90  | sessenta e um reais e noventa centavos             | R\$ 6.190,00 | seis mil, cento e noventa reais                        |
| 3    | BOLSA EM LONA ENCERADA, COM DIMENSÕES 0,35M x 0,45M COM 03 (TRÊS) COMPARTIMENTOS INTERNOS                           | UND | 100 | PRÓPRIA | R\$ 64,34  | sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos | R\$ 6.434,00 | seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais         |
| 4    | BOLSA TIPO MOCHILA  | UND | 50  | PRÓPRIA | R\$ 56,22  | cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos     | R\$ 2.811,00 | dois mil, oitocentos e onze reais                      |
| 5    | BOLSA TIPO PASTA EM NYLON 600 (PVC)   | UND | 50  | PRÓPRIA | R\$ 13,75  | treze reais e setenta e cinco centavos             | R\$ 687,50   | seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos |
| 6    | BONÉ EM BRIM COM ESTAMPA COLORIDA, CORES VARIADAS, COM SISTEMA AJUSTAVEL.   | UND | 200 | PRÓPRIA | R\$ 20,35  | vinte reais e trinta e cinco centavos              | R\$ 4.070,00 | quatro mil e setenta reais                             |
| 7    | CALÇA EM HELANCA,   | UND | 100 | PRÓPRIA | R\$ 36,17  | trinta e seis                                      | R\$ 3.617,00 | três mil,  |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



|    |   |       |       |         |           |   |                |  |
|----|---|-------|-------|---------|-----------|---|----------------|--|
|    | 100% POLIAMIDA, MODELO: UNISSEX, APLICACAO: UNIFORME, TAMANHO: SOB MEDIDA.                                |       |       |         |           | reais e dezessete centavos                          |                | seiscentos e dezessete reais                                   |
| 8  | CALÇA EM TECIDO BRIM, TAMANHOS DIVERSOS e CORES VARIADAS  | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 96,54 | noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos  | R\$ 9.654,00   | nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais                |
| 9  | CAMISA EM GOLA POLO EM MALHA 100% POLIESTER, COM MANGAS CURTAS, CORES DIVERSAS.                           | UND   | 80    | PRÓPRIA | R\$ 29,72 | vinte e nove reais e setenta e dois centavos        | R\$ 2.377,60   | dois mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta centavos |
| 10 | CAMISA EM GOLA POLO EM MALHA 100% POLIESTER, COM MANGAS LONGAS, CORES DIVERSAS.                           | UND   | 50    | PRÓPRIA | R\$ 36,17 | trinta e seis reais e dezessete centavos            | R\$ 1.808,50   | mil oitocentos e oito reais e cinquenta centavos               |
| 11 | CAMISA EM GOLA POLO EM MALHA PIQUET, MANGA CURTA, CORES DIVERSAS, COM PINTURAS.                           | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 24,09 | vinte e quatro reais e nove centavos                | R\$ 2.409,00   | dois mil, quatrocentos e nove reais                            |
| 12 | CAMISA EM MALHA 100% POLIESTER, COM MANGAS CURTAS, CORES DIVERSAS   | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 20,07 | vinte reais e sete centavos                         | R\$ 2.007,00   | dois mil e sete reais  |
| 13 | CAMISA EM MALHA 100% POLIESTER, COM MANGAS LONGAS, CORES DIVERSAS   | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 24,09 | vinte e quatro reais e nove centavos                | R\$ 2.409,00   | dois mil, quatrocentos e nove reais                            |
| 14 | CAMISA EM TECIDO BRIM, TAMANHOS DIVERSOS  | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 54,49 | cinquenta e quatro reais e quarenta e nove centavos | R\$ 5.449,00   | cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais                |
| 15 | CAMISSETAS PARA EVENTOS EM GERAL, PERSONALIZADA   | UND   | 4.000 | PRÓPRIA | R\$ 25,89 | vinte e cinco reais e oitenta e nove centavos       | R\$ 103.560,00 | cento e três mil, quinhentos e sessenta reais                  |
| 16 | CAPOTE OU AVENTAL 1,20 m EM TNT GRAMATURA GR40  | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 16,04 | dezesseis reais e quatro centavos                   | R\$ 1.604,00   | mil seiscentos e quatro reais                                  |
| 17 | COLETES EM BRIM PERSONALIZADO   | UND   | 80    | PRÓPRIA | R\$ 64,34 | sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos  | R\$ 5.147,20   | cinco mil, cento e quarenta e sete reais e vinte centavos      |
| 18 | CONJUNTO PARA MERENDEIRA (CALÇA EM HELANCA E BLUSA EM MALHA 100% COLETES EM BRIM PERSONALIZADO POLIESTER) | UND   | 100   | PRÓPRIA | R\$ 60,32 | sessenta reais e trinta e dois centavos             | R\$ 6.032,00   | seis mil e trinta e dois reais                                 |
| 19 | FAIXAS DE RUA, COM PINTURA COLORIDA PERSONALIZADA   | METRO | 30    | PRÓPRIA | R\$ 48,24 | quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos     | R\$ 1.447,20   | mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos      |
| 20 | JALECOS BRANCOS COM BORDADO   | UND   | 30    | PRÓPRIA | R\$ 88,47 | oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos     | R\$ 2.654,10   | dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos |
| 21 | JALECOS MANGAS  | UND   | 30    | PRÓPRIA | R\$ 88,49 | oitenta e   | R\$ 2.654,70   | dois mil,  |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



|                    |  |     |     |         |            |   |                |  |
|--------------------|--|-----|-----|---------|------------|---|----------------|--|
|                    | LONGAS COM BORDADO   |     |     |         |            | oito reais e quarenta e nove centavos                           |                | seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos   |
| 22                 | JAQUETA DE ELEANCA PADRONIZADA   | UND | 80  | PRÓPRIA | R\$ 32,14  | trinta e dois reais e quatorze centavos                         | R\$ 2.571,20   | dois mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte centavos |
| 24                 | SHORT E CAMISA EM ELANQUINHA EM COR, MODELOS FEMININO E MASCULINO, COM PINTURA PERSONALIZADA NAS LATERAIS  | UND | 100 | PRÓPRIA | R\$ 53,85  | cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos               | R\$ 5.385,00   | cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais               |
| 25                 | TOUCA EM TECIDO  | UND | 300 | PRÓPRIA | R\$ 11,59  | onze reais e cinquenta e nove centavos                          | R\$ 3.477,00   | três mil, quatrocentos e setenta e sete reais              |
| 26                 | UNIFORME PARA FUTBOL COM 20 PEÇAS, CAMISAS E CALÇÕES, COM IMPRESSÃO 100% DIGITAL, PARA FUTEBOL TECIDO TECNOLÓGICO DIKLATEX COM MICRO FILAMENTOS QUE FACILITA A TRASPIRAÇÃO, TRANSPORTANDO O SUAR AS CAMADAS EXTERNAS DO TECIDO. PROTÓTIPO COMERCIAL OU DE QUALIDADE. | UND | 50  | PRÓPRIA | R\$ 965,94 | novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos | R\$ 48.297,00  | quarenta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais       |
| <b>VALOR TOTAL</b> |  |     |     |         |            |   | R\$ 235.000,00 | duzentos e trinta e cinco mil reais                        |

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices previstos em o ato oficial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) idas úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) idas úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias);
  - 2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    - i. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| TIPO                 | CÓD.         | DESCRIÇÃO                                  |
|----------------------|--------------|--|
| FICHA                | 63/64        |  |
| U.O                  | 02.02.<br>02 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO |
| FUNÇÃO DE GOVERNO    | 4            | ADMINISTRAÇÃO                              |
| SUBFUNÇÃO DE GOVERNO | 122          | ADMINISTRAÇÃO GERAL                        |
| PROGRAMA DE GOV.     | 3            | PROCESSO ADMINISTRATIVO                    |
| PROJETO/ATI          | 2014         | MANUTENÇÃO DE ENCARGOS DA ADM. GERAL       |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



|                             |             |   |
|-----------------------------|-------------|---|
| <b>VIDADE</b>               |             |   |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.30   | MATERIAL DE CONSUMO   |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 500         | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                             |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 501         | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS                                  |
|                             |             |   |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
| <b>FICHA</b>                | 103         |   |
|                             |             |   |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.03    | SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO, SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO   |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 4           | ADMINISTRAÇÃO   |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 122         | ADMINISTRAÇÃO GERAL   |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 3           | PROCESSO ADMINISTRATIVO   |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2063        | MANUT. ADM. DA SEC. DE OBRAS, HAB. E SERV. PUBLICOS E URBANISMO |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.30   | MATERIAL DE CONSUMO   |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 500         | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                             |
|                             |             |   |
|                             |             |   |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
| <b>FICHA</b>                | 200         |   |
|                             |             |   |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.04    | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 12          | EDUCAÇÃO  |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 361         | ENSINO FUNDAMENTAL  |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 31          | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO                                       |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2103        | MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL              |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.30   | MATERIAL DE CONSUMO   |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 500         | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                             |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     |             |   |
|                             |             |   |
|                             |             |   |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>  |
| <b>FICHA</b>                | 271         |   |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



|                             |               |  |
|-----------------------------|---------------|--|
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>06  | SECRETARIA DE SAÚDE  |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 10            | SAÚDE  |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 301           | ATENÇÃO BÁSICA   |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 12            | SAÚDE PARA TODOS   |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2109          | MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE                           |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30 | MATERIAL DE CONSUMO  |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 500           | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                          |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     |               |  |
|                             |               |  |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b>   | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
| <b>FICHA</b>                | 289           |  |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>07  | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                             |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 8             | ASSISTÊNCIA SOCIAL   |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 244           | ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA                                      |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 13            | FAMILIA CIDADÃ-AÇÕES SOCIAIS                                 |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2126          | MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SMAS                            |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30 | MATERIAL DE CONSUMO  |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 500           | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                          |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     |               |  |
|                             |               |  |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b>   | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
| <b>FICHA</b>                | 320           |  |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>08  | SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 20            | AGRICULTURA  |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 122           | ADMINISTRAÇÃO GERAL  |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 3             | PROCESSO ADMINISTRATIVO                                      |
| <b>PROJETO/ATI</b>          | 2149          | MANUT. DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC. HIDRICOS |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



|                             |                     |  |
|-----------------------------|---------------------|--|
| <b>VIDADE</b>               |                     |  |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30       | MATERIAL DE CONSUMO  |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 500                 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                                    |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     |                     |  |
|                             |                     |  |
|                             |                     |  |
|                             |                     |  |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b>         | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
| <b>FICHA</b>                | 361/3<br>62/36<br>3 |  |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>09        | FUNDEB - F.M. DESENV. DA EDUC. BASICA E VALOR. DOS PROF. DO MAGISTERIO |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 12                  | EDUCAÇÃO   |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 361                 | ENSINO FUNDAMENTAL   |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 24                  | EDUCAÇÃO BÁSICA  |
| <b>PROJETO/ATI VIDADE</b>   | 2162                | ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL - 30%                                  |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30       | MATERIAL DE CONSUMO  |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 540                 | Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos       |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 541                 | Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF              |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 543                 | Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR              |
|                             |                     |  |
|                             |                     |  |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b>         | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
| <b>FICHA</b>                | 495                 |  |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>11        | FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE   |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 10                  | SAÚDE  |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 301                 | ATENÇÃO BÁSICA   |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 12                  | SAÚDE PARA TODOS   |
| <b>PROJETO/ATI VIDADE</b>   | 2208                | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM GERAL                              |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30       | MATERIAL DE CONSUMO  |
| <b>FONTE DE</b>             | 500                 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS                                    |

CNPJ: 06.553.747/0001-53 | Email: [prefeituradeipirangapi2@gmail.com](mailto:prefeituradeipirangapi2@gmail.com)  
Praça Rosa Cortez, s/n, Centro - CEP: 64.540-000 – Ipiranga do Piauí – PI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



| TIPO                 | CÓD.          | DESCRIÇÃO  |
|----------------------|---------------|--|
| FICHA                | 515           |  |
| U.O                  | 02.02.<br>11  | FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE   |
| FUNÇÃO DE GOVERNO    | 10            | SAÚDE  |
| SUBFUNÇÃO DE GOVERNO | 301           | ATENÇÃO BÁSICA   |
| PROGRAMA DE GOV.     | 12            | SAÚDE PARA TODOS   |
| PROJETO/ATIVIDADE    | 2235          | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CUSTEIO   |
| ELEMENTO DE DESPESA  | 3.3.90.<br>30 | MATERIAL DE CONSUMO  |
| FONTE DE RECURSO     | 600           | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde |
| FONTE DE RECURSO     |               |  |
|                      |               |  |
|                      |               |  |
| TIPO                 | CÓD.          | DESCRIÇÃO  |
| FICHA                | 577/5<br>78   |  |
| U.O                  | 02.02.<br>12  | FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL   |
| FUNÇÃO DE GOVERNO    | 8             | ASSISTENCIA SOCIAL   |
| SUBFUNÇÃO DE GOVERNO | 244           | ASSISTENCIA COMUNITARIA  |
| PROGRAMA DE GOV.     | 13            | FAMILIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS   |
| PROJETO/ATIVIDADE    | 2248          | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL   |
| ELEMENTO DE DESPESA  | 3.3.90.<br>30 | MATERIAL DE CONSUMO  |
| FONTE DE RECURSO     | 500           | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS  |
| FONTE DE RECURSO     | 669           | OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTENCIA SOCIAL  |
|                      |               |  |
|                      |               |  |
| TIPO                 | CÓD.          | DESCRIÇÃO  |
| FICHA                | 670           |  |
| U.O                  | 02.02.        | UNIDADE MISTA DE SAUDE - HPP   |



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



|                             |               |   |
|-----------------------------|---------------|---|
|                             | 13            |   |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 10            | SAÚDE   |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 302           | ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL         |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 12            | SAUDE PARA TODOS                              |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2271          | MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE          |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30 | MATERIAL DE CONSUMO                           |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 659           | Outros Recursos Vinculados à Saúde            |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     |               |   |
|                             |               |   |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b>   | <b>DESCRIÇÃO</b>                              |
| <b>FICHA</b>                | 426           |   |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>10  | FME - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO             |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 12            | EDUCAÇÃO                                      |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 361           | ENSINO FUNDAMENTAL                            |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 31            | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO                     |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2186          | MANUTENÇÃO DO QSE - SALARIO EDUCAÇÃO          |
| <b>ELEMENTO DE DESPESA</b>  | 3.3.90.<br>30 | MATERIAL DE CONSUMO                           |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     | 550           | Transferência do Salário-Educação             |
| <b>FONTE DE RECURSO</b>     |               |   |
|                             |               |   |
| <b>TIPO</b>                 | <b>CÓD.</b>   | <b>DESCRIÇÃO</b>                              |
| <b>FICHA</b>                | 320           |   |
| <b>U.O</b>                  | 02.02.<br>05  | SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE    |
| <b>FUNÇÃO DE GOVERNO</b>    | 13            | CULTURA                                       |
| <b>SUBFUNÇÃO DE GOVERNO</b> | 392           | DIFUSÃO CULTURAL                              |
| <b>PROGRAMA DE GOV.</b>     | 9             | PROMOVENDO A CULTURA POPULAR                  |
| <b>PROJETO/ATIVIDADE</b>    | 2104          | MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE CULTURA |
| <b>ELEMENTO DE</b>          | 3.3.90.       | MATERIAL DE CONSUMO                           |



|                         |     |                                     |
|-------------------------|-----|-------------------------------------|
| <b>DESPESA</b>          | 30  |                                     |
| <b>FONTE DE RECURSO</b> | 500 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS |
| <b>FONTE DE RECURSO</b> |     |                                     |

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Inhumas/PI (Termo Judiciário: Ipiranga do Piauí/PI) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**IPIRANGA DO PIAUÍ**



Ipiranga do Piauí/PI, 17 de Junho de 2024.

**MUNICIPIO DE IPIRANGA DO PIAUI**

Sr. Francisco Elvis Ramos Vieira - Prefeito Municipal  
Contratante

MARIA DA CONCEICAO ARAUJO  
MESQUITA:29779936300  
Assinado de forma digital por  
MARIA DA CONCEICAO ARAUJO  
MESQUITA:29779936300  
Dados: 2024.07.04 11:17:09 -03'00'

**MARIA DA CONCEICAO ARAUJO MESQUITA ME**

CNPJ nº 02.344.723/0001-33  
Sra. Maria da Conceição Araújo Mesquita  
Contratada

**Testemunhas:**

- 01 – Nome: *Andrelia Ramos Carvalho*  
CPF: *037.972.903-22*
- 02 – Nome: *Luizcineide Maria de Abreu Barcos*  
CPF: *019966803-58*